

# O ENSINO DA ARTE NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL MODERADA

*ART TEACHING IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH MODERATE INTELLECTUAL DISABILITY*

*LA ENSEÑANZA DEL ARTE EN LA INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON DEFICIENCIA INTELLECTUAL MODERADA*

Tatiane Berti<sup>1</sup>  
Etienne Henklein<sup>2</sup>  
Fernanda Yumi Kohatsu Feliciano<sup>3</sup>

## Resumo

O presente trabalho, oriundo de uma monografia, é uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo. Investiga-se a inclusão de alunos com deficiência intelectual moderada nas aulas de artes visuais. O objetivo é refletir sobre a Educação Inclusiva e seus desafios no campo de atuação. Com o propósito de uma sociedade mais inclusiva, esta categoria fomentou o surgimento de uma nova etapa no ensino, a educação para todos. Trata-se, desta forma, de um modelo em ascensão que necessita progredir para sua concretização plena. As principais dificuldades relacionadas à área são: lecionar em uma instituição com abordagem inclusiva e ensinar artes visuais por intermédio de materiais adaptados. Os principais autores referenciados neste trabalho são Weber (2017), Silva (2014) e Frias (2009).

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação Inclusiva. Artes visuais. Deficiência Intelectual Moderada.

## Abstract

The present work, derived from an undergraduate thesis, is a bibliographic review of a qualitative nature. The inclusion of students with moderate intellectual disabilities in visual arts classes is investigated. The objective is to reflect on Inclusive Education and its challenges in the field. With the purpose of a more inclusive society, this category fostered the emergence of a new stage in teaching, the education for all. It is, therefore, a rising model that needs to progress towards its full realization. The main difficulties related to the area are: teaching at an institution with an inclusive approach and teaching visual arts through adapted materials. The main authors referenced in this work are Weber (2017), Silva (2014), and Frias (2009).

**Keywords:** Inclusion. Inclusive Education. Visual arts. Moderate Intellectual Disability.

## Resumen

El presente trabajo, surgido de una monografía, es una revisión bibliográfica de tipo cualitativo. Se estudia la inclusión de alumnos con deficiencia intelectual moderada en las clases de artes visuales. El objetivo es reflexionar sobre la Educación Inclusiva y sus retos en el campo de trabajo. En la búsqueda de una sociedad más inclusiva, los educadores fomentaron el surgimiento de una nueva etapa en la enseñanza, la educación para todos. Se trata, así, de un modelo en ascenso, que necesita progresar para su implantación integral. Las principales dificultades relativas al área son: dar clases en una institución de orientación inclusiva y enseñar artes visuales por medio de recursos adaptados. Los principales autores utilizados en este trabajo son Weber (2017), Silva (2014) y Frias (2009).

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Artes Visuais no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: frauberti@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor no Centro Universitário Internacional Uninter. Graduado em Licenciatura em Artes Visuais pela Faculdade de Artes do Paraná. Especialista em Metodologia do Ensino da Arte pelo Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: etienne.h@uninter.com.

<sup>3</sup> Professora no Centro Universitário Internacional Uninter. Graduada em Licenciatura em Artes Visuais pela Faculdade de Artes do Paraná. Especialista em Museologia, Coleccionismo e Curadoria pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. E-mail: feliciano.fern@uninter.com.

**Palabras-clave:** Inclusión. Educación Inclusiva. Artes visuales. Deficiencia Intelectual Moderada.

## 1 Introdução

O processo de inclusão visa garantir uma educação para todos, ao envolver o sistema educacional e mobilizar toda sociedade. A arte na educação busca desenvolver competências de forma colaborativa e compartilhada de pessoas com necessidades especiais, ao considerar suas potencialidades e sua realidade sociocultural. A inclusão escolar tem sido, nos últimos anos, alvo de inúmeros estudos e polêmicas. A lei garante aos alunos com necessidades educativas especiais o direito de se matricular e frequentar uma instituição de ensino regular; contudo, o grande desafio é a inserção destes alunos. Não basta colocá-los em uma escola regular, é preciso oferecer aos profissionais desta escola capacitação e recurso para atender esta demanda.

O objetivo geral para a o presente artigo foi de analisar de que forma o ensino de Arte tem contribuído para o processo de aprendizagem dos alunos com Deficiência Intelectual moderada. Pretende-se, também, investigar como a inclusão tem sido promovida no espaço regular de ensino, ao identificar as contribuições do ensino de Arte para esses alunos. Para que tal inclusão aconteça, é primordial que todas as partes estejam envolvidas.

No intuito de descrever os recursos e formas de adaptação realizadas na disciplina de Arte, Weber (2017, p. 5) aponta o ensino da Arte como “meio para o desenvolvimento do ser humano socialmente, afetivamente e no aspecto psicomotor pois através da Arte o aluno terá a oportunidade de desenvolver-se dentro de suas possibilidades e limitações”; dessa forma, o discente demonstra a si mesmo que é capaz e o processo de ensino e aprendizagem se torna mais efetivo, além de promover a integração e desenvolvimento humano.

A arte faz parte da vida de todo ser humano, tenha ele deficiência ou não. Através dela, podemos nos tornar mais sensíveis e usar a imaginação dentro de nossas capacidades — já que possibilita o deslocamento para vários tempos e lugares.

A atividade artística é um dos modos da criança referir-se às alegrias e tristezas, revelar suas emoções e exercer seu pensamento. Assim, a arte possibilita à criança portadora de necessidades especiais: brincar com a música, imitar, inventar e reproduzir criações musicais e perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos — por intermédio de improvisações, composições e interpretações do mundo que a rodeia.

O estudo verificou que para a diversificação das atividades artísticas na escola é necessário espaço físico e recursos materiais; portanto, o improviso e a criatividade dos

docentes são fulcrais para as aulas de Arte na Educação Inclusiva, o que promove a aprendizagem e desenvolvimento da inventividade dos educandos.

## **2 Inclusão**

O debate sobre a inclusão é relevante para a reflexão da democratização na contemporaneidade, o que é postulado por Silva (2014, n.p.):

A inclusão social das pessoas com necessidades especiais representa uma medida que objetiva principalmente a construção de um novo modelo de sociedade, onde todos, independentemente de suas diferenças de origens, raça, credo, orientação sexual, etc., deverão ser respeitados e também deverão ser aceitos, para que a sociedade veja como de fato foi proposto quando se pensou em uma constituição de princípios, diretrizes e valores.

A proposta de inclusão de alunos com necessidades especiais pode ser compreendida como um rompimento com as concepções pedagógicas tradicionais. Uma escola inclusiva é aquela que agrega todas as crianças, incluindo as com necessidades especiais; assim, elas têm o mesmo direito das demais crianças que é acesso ao ensino regular. A responsabilidade de garantir que o processo de inclusão seja um sucesso é de responsabilidade da equipe diretiva e do professor.

Entende-se por inclusão um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais. O propósito é garantir o desenvolvimento das potencialidades dos educandos especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

As escolas necessitam romper seus paradigmas e devem assumir um novo papel social. Com a implantação de um modelo inclusivo, torna-se um desafio para os educadores pensar em novas maneiras de estruturar um plano de ensino e avaliação que se adeque às diferentes condições de aprendizagem dos alunos; logo, surge a preocupação quanto à formação e especialização dos professores.

O professor precisa explorar e aprender meios de disseminar o conteúdo aos seus alunos, para que todos possam adquirir conhecimento e participar das aulas sem distinção.

## **3 O surgimento da educação inclusiva**

O tratamento ao deficiente passou por inúmeras fases na sociedade, desde abandonos e até mesmo a morte.

Os alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que apresentam diferenças físicas, sensoriais, intelectuais e psíquicas, bem como altas habilidades e superdotação, decorrentes de fatores naturais ou adquiridos — de caráter temporário ou permanente.

Antes de elucidar os acontecimentos e processo de desenvolvimento da Educação Especial, faz-se necessário ter uma noção geral dela. Segundo alguns especialistas no assunto, como Mazzotta (1996), a Educação Especial refere-se a uma modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns. O objetivo é garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais.

A declaração de Salamanca apresenta a educação inclusiva como a possibilidade de reforçar a educação para todos:

Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade (BRASIL, 2003, p. 20).

Defende-se, desse modo, a ideia de que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente de suas dificuldades e diferenças.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início no Brasil Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854(atual Instituto Benjamin Constant – IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857— denominado atualmente de Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Três períodos marcam a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil. O primeiro foi marcado por iniciativas de caráter privado; nessa época, foram fundadas as primeiras instituições mais tradicionais de assistência às pessoas com algum tipo de deficiência, onde se enfatizou o atendimento clínico especializado, mas incluindo a educação escolar. O segundo período foi definido por ações oficiais de âmbito nacional. A educação especial foi assumida pelo poder público em 1957, com a criação das "Campanhas", destinadas

especificamente para atender a cada uma das deficiências. Muitos políticos, educadores, pais, personalidades brasileiras se identificaram com a educação de pessoas com deficiência e protagonizaram a história dessa modalidade de ensino. A maioria dos pais fez parte da fundação de mais de 1000 APAEs no Brasil, que tem como objetivo principal promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Hoje, no Brasil, essa mobilização social presta serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessita. Apenas recentemente, a partir da década de 80 e início dos anos 90, que o último período foi caracterizado pelos movimentos a favor da inclusão escolar.

No Brasil, são inúmeros os instrumentos legais, decretos, estatutos, entre outros que apresentam os direitos das pessoas com deficiência. De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), nº 9.394/96, art. 58, a Educação Especial deve ser entendida como “modalidade da educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (BRASIL, 1996, p. 19). No art. 59, assegura que “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, para atender as suas necessidades, como também, professores com especialização adequada, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.” (BRASIL, 1996, p. 19). Com intuito de complementar o que já foi promovido na lei, instituiu-se as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) que asseguram:

[...] proposta que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 1).

É de suma importância conhecer e interpretar a legislação no que tange este assunto, muitas vezes tão distante da realidade e tão carente de atenção e aplicabilidades. Diversos meios legais asseguram os direitos a todos de uma educação de qualidade, que visam e valorizam a igualdade.

O essencial é que todos os investimentos atuais e futuros da educação brasileira não devem repetir o passado, mas considerar o papel da escola e de seus educadores ao ensinar a importância da diversidade em todas as suas manifestações, inclusive na nossa própria espécie. O problema mais urgente e relevante, à parte da preocupação com os alunos que já estão nas escolas, são os que estão fora delas — o que contribui com injustiças, discriminações e exclusão.

#### **4 Deficiência intelectual moderada**

A deficiência intelectual é um distúrbio do neurodesenvolvimento, caracterizada pelas limitações nas habilidades mentais gerais. Essas habilidades estão relacionadas à inteligência, às atividades que envolvem raciocínio, resolução de problemas e planejamentos. No entanto, não devemos tratar a deficiência intelectual como uma doença e sim como uma limitação; a pessoa deve ser diagnosticada por um profissional habilitado e capacitado, como psicólogos e com formação em Neuropsicologia.

Como em qualquer outra deficiência, o diagnóstico acontece a partir dos primeiros sintomas, sendo que as limitações ocorrem tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo.

Alguns dos primeiros sinais estão relacionados com o comprometimento de pelo menos duas habilidades nas seguintes áreas: comunicação: habilidades ligadas à linguagem, leituras, escrita, matemática, raciocínio, conhecimento e memória; aprendizagem e autossugestão em situação do dia a dia: cuidados pessoais, responsabilidades, controle de dinheiro, recreação, controle próprio quanto ao comportamento e organização de tarefas diárias — escolares ou profissionais; habilidades sociais: empatia, habilidade com amigos, julgamento social.

As pessoas com deficiência intelectual têm dificuldade para aprender, entender e realizar atividades comuns para outras pessoas; por vezes, essas pessoas se comportam como se tivessem menos idade do que realmente ela tem.

As causas dessa deficiência são indeterminadas; dessa forma, não é possível estabelecer ainda uma causa específica mesmo com inúmeros estudos e avanços tecnológicos, pois há uma variedade de fatores biológicos e ambientais que podem acarretar essa deficiência.

O acompanhamento é feito por uma equipe multidisciplinar de várias áreas, psicologia, fonoaudiologia, pedagogia, psicopedagogia, terapeuta ocupacional. As limitações, em muitos casos, podem ser superadas por meio de estimulação sistemática do desenvolvimento, adequação em situações pessoais, escolares, profissionais e pessoais, além de oportunidades de inclusão social. Instituições como as APAES realizam um trabalho eficiente, no sentido de promover o diagnóstico e a inclusão de pessoas com deficiência intelectual.

Muitas pessoas com deficiência intelectual leve são capazes de desenvolver habilidades importantes, bem como ter uma vida independente e um papel social adequado. Já as pessoas com Deficiência Intelectual moderado, com esforço e suporte adequado, podem aprender a ler e escrever de modo simples, exercer atividade profissional supervisionada e limitada, tornam-

se semidependentes, porém com limitações no relacionamento social e com grande dificuldade em tomadas de decisões.

Os portadores de deficiência intelectual grave ou profunda são dependentes para executar as atividades da vida diária, além de uma capacidade de comunicação limitada. Eles necessitam, também, de cuidadores ao longo da vida, principalmente para a tomada de decisões.

A legislação brasileira impede qualquer tipo de discriminação à pessoa portadora de necessidades especial, inclusive é considerado crime recusar ensino ou impedir o acesso a cargos públicos.

## **5 Recursos e adaptação em artes visuais**

A arte não está relacionada somente com a estética, mas também com a criatividade dos seres humanos, o que promove o desenvolvimento e a capacidade de criar suas próprias conclusões. Ensinar Artes deve estar pautado na ideia de oferecer aos alunos inclusos a oportunidade de expor seus pensamentos e sentimentos por intermédio dela, além de se relacionar com o mundo e com o outro através de uma aprendizagem colaborativa. Segundo Maclean (2008), pela arte é possível expressar-se de múltiplas formas e, ao mesmo tempo, de uma forma única, particular e criativa. A arte possibilita dizer o que se pensa sem usar nenhum vocábulo e é capaz de desenvolver certas áreas do conhecimento, como a percepção visual, auditiva, expressão corporal, imaginação, intuição, reflexão.

O que as atuais políticas educacionais inclusivas propõem é o rompimento das inúmeras barreiras existentes nas escolas. No entanto, para que essas políticas inclusivas sejam aplicadas, é necessário inovar. Uma proposta é a flexibilidade curricular envolvendo as diferenças; essa abordagem que proponha um aperfeiçoamento do professor, melhoria da estrutura física da escola e, também, materiais para assegurar a permanência de todos os alunos. Isso requer uma reorganização das políticas escolares, o que envolve planejamentos, elaboração de currículos, a gestão da escola, entre outros.

As adaptações de materiais para alunos com necessidades especiais devem ser elaboradas conforme a necessidade de cada aluno; deve-se analisar as limitações do aluno e criar um conteúdo adequado. Dessa forma, este educando aprende e interage com a turma, sentindo-se incluso, também, socialmente.

É importante incentivar a realização de trabalhos em grupos, o que favorece o desenvolvimento de capacidades emocionais e sociais. É fulcral uma proposta pedagógica pautada no interesse e preferência do aluno, dando oportunidade para que os alunos expressem

suas opiniões e façam suas escolhas quanto aos conteúdos, técnicas e materiais utilizados nas aulas de arte — o que favorece a confiança, a criatividade e o pensamento crítico.

Propõe-se, a seguir, algumas atividades para seres adaptadas — baseadas em inúmeras pesquisas e em atividades que realizei com alunos com Deficiência Intelectual moderada — a saber:

- Utilizar, objetos e brinquedos para incentivar ao aluno a leitura e a associação de palavras com os objetos da história;
- Uso de tinta guache, massinha e fita crepe, para estimular a coordenação visomotora e incentivar o aluno dentro das suas limitações a participar, de forma ativa, do planejamento da aula;
- Geoplano para desenvolver aspectos de percepção, elaboração, espaço, formas e medidas, reprodução de imagens;
- Objetos reais e do cotidiano para desenvolver percepções e compreensão de medidas e suas variações de forma significativa, valorizando os registros através de desenho para depois atribuir significado numérico;
- Encarte de revistas para criar quebra cabeças e possibilitar percepções de posições no espaço;
- Desenhos geométricos para criar quebra cabeça;
- Personagens do interesse para que a criança desenhe e construa seu silabário e jogos temáticos favorecendo a alfabetização.

## **6 Considerações finais**

Realizar este trabalho sobre a Educação Inclusiva foi um grande desafio. Como já havia trabalhado com a Educação Especial, achei que seria um tema mais fácil, pois tenho experiência de quase 01 ano com alunos especiais.

Com este trabalho, pude refletir mais sobre as propostas educacionais que garantem a educação para todos no processo de inclusão e de que forma elas acontecem no dia a dia. Avaliou-se, também, se as propostas são satisfatórias. Nem tudo que está previsto na lei, contudo, acontece no dia a dia; por vezes, a culpa não é do ensino, da escola ou das políticas públicas e sim das famílias, por serem carentes ou devido a um histórico de deficiência — o que leva os familiares acreditarem que não precisam de ajuda.

Sabemos que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão e que a inclusão dos alunos é também uma forma de respeitá-los e garantir o seu desenvolvimento e crescimento. As dificuldades são inúmeras em relação à Educação Inclusiva; por esse motivo,



para receber esses alunos, devemos prepara a sala, o professor, a equipe gestora e, principalmente, os demais colegas de classe — que por vezes são exemplos para os alunos especiais.

Sendo assim, a disciplina de Arte, na Educação Especial, pode ser considerada um importante meio para o progresso do ser humano nos aspectos social, afetivo e psicomotor. As cores e as formas estimulam não só a sua capacidade visual, mas também o seu desenvolvimento. Além disso, a dança e a música estimulam o desenvolvimento motor e o teatro é um importante estimulador neurológico, pois, além de divertir, a ludicidade, a criação e o improviso estimulam a criatividade.

Conclui-se que as buscas para a construção deste estudo foram de fundamental importância para os conhecimentos profissional, pessoal e acadêmico.

## Referências

ABCMED. **Deficiência Física. Sinais, Sintomas e Doenças**. 2017. Disponível em: <https://www.abc.med.br/p/sinais.-sintomas-e-doencas/1306348/deficiencia+fisica.htm> Acesso em: 06 out. 2020

AMPUDIA, Ricardo. O que é Deficiência Visual. **Nova Escola**, 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/270/deficiencia-visual-inclusao>. Acesso em: 06 out. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação, Cultura e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27.833, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**: recomendações para a construção de uma escola inclusiva Unesco. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. CNE. CEB. **Resolução n. 2**, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física SEESP/SEED/MEC**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial. 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_df.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_df.pdf) Acesso em: 06 out 2020.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

FREITAS, Giuliano. Arte e Educação Inclusiva. **Brasil Escola**, [201-]. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/arte-educacao-inclusiva.htm>. Acesso em: 05 out. 2020.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais Especiais**: contribuições ao professor do ensino regular. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>. Acesso em: 07 out 2020.

MACLEAN, J. The Art of Inclusion. **Canadian review of art education: research and issues**, v. 35, 2008. Disponível em: [web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer](http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer). Acesso em: 24 fev. 2014.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editor, 1996.

SILVA, Bruno Teles da. Educação Inclusiva: uma arte para quem aprende e um desafio para quem ensina. **Brasil Escola**, [ 201-]. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-inclusiva-uma-arte-para-quem-aprende-um-desafio-para-quem-ensina.htm>. Acesso em: 23 fev. 2021.

WEBER, Maria Luiza Ternes. A Importância da Arte na Educação Especial. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 2, v. 13, p. 261-267, jan. 2017.